



Anais da Assembléia

N.º 51

CURITIBA, TERÇA-FEIRA EM 04 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 45.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 1985

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério, secretariada pelos Srs. Deputados Fiori Luiz e Trajano Bastos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Bufara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57), achando-se em licença o Sr. Deputado Artagão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Erondy Silvério) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. SIBILA GOERGEN, ocorrido hoje, dia 04/06/85, na Linha São Cristóvão, Distrito de Margarida, Município de Mal. Cândido Rondon.

O fato abalou de forma profunda a sociedade local, onde gozava de grande estima e respeito dos muitos amigos que possuía.

Da decisão, requer ainda que seja a família enlutada científica, A/C do Sr. Romeu Sauer — Rua Espírito Santo, 777, Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. BORIS KURITZA, ocorrido no último dia 31 de maio, na cidade de União da Vitória.

Membro de tradicional família do Município de União da Vitória.

O fato abalou de forma profunda a comunidade local, onde gozava de grande estima e respeito dos inúmeros amigos que possuía.

Desta decisão, requer ainda, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inscrito na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO EDVINO SCHNEIDER, ocorrido em 03/06/85, no Distrito de Pato Bragado, Município de Marechal Cândido Rondon.

O extinto foi um dos pioneiros naquele distrito, dedicou sua vida ao trabalho e ao desenvolvimento daquela localidade.

Outrossim, requer que, da decisão do Plenário, seja científica a família enlutada, aos cuidados de: Olinda Mallmann Schneider, sóa esposa, a/c da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, Rua Espírito Santo, 777.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações com a Equipe Médica que realizou a primeira operação de transplante de coração no Paraná, composta pelos Doutores DANTON R. ROCHA LOURES, PAULO R. BROFMAN, ROBERTO G. CARVALHO, EDISON J. PINHEIRO, PAULO R. ROSSI MARCOS A. PEREIRA, PEDRO NAPOLEÃO MACHADO, SÉRGIO TENÓRIO, MASSAKO IMAI, ANTONINHO KRICHENKO, RONALDO R. L. BUENO, MARIA JOÃO AMORIN, PAULO GIUBLIN, NELSON MOSACHI, MICHEL CHAMMA, LILIAN BLUME, LAURO LINHARES e MARIA ANGÉLICA P. N. PIZANI.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência às pessoas acima citadas, através da pessoa do Dr. Danton R. Rocha Loures, chefe da equipe.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos

Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações à Srta. CONNY ALINDA GÜNTHER, pela sua eleição como Presidenta do LAR DA ACADÊMICA DE CURITIBA.

Requeiro, outrossim, que o voto seja extensivo aos demais membros da Diretoria e ao Conselho Administrativo e Fiscal e que, da decisão da Casa, seja dada ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de congratulações, com inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do 14.º aniversário de fundação do jornal TRIBUNA DA CIDADE, de Apucarana, transcorrido no último dia 30 de maio de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. ANTONIO ROBERTO SIMPLÍCIO, MD. Editor-Chefe, dirigindo-se para o seguinte endereço: Rua Nagib Daher, 467, Apucarana - Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Clube Escolar Unidade Pólo, por ter conquistado o Campeonato Masculino e Feminino de Xadrez nos Jogos Escolares acontecidos recentemente, na municipalidade de Matinhos.

Nos dias 23, 24, 25 e 26 do mês passado, o Município de Matinhos foi palco de um dos mais importantes eventos esportivos que se realizam no Estado do Paraná. Trata-se de Jogos Escolares, que neste ano, como nos anteriores, revestiu-se de grande sucesso, especialmente tendo em vista o bom comparecimento do público, como do excelente nível técnico atingido nas modalidades pelas equipes.

Com relação ao Município de Campo Mourão, o Xadrez foi, sem dúvida alguma, o grande destaque. No feminino, foi conquistado o primeiro lugar do Grupo B. No masculino, referente ao Grupo B, a colocação foi também a de primeiro lugar.

O Clube Escolar Unidade Pólo surgiu e é formado por estudantes do Colégio Estadual Unidade Pólo – Ensino de Primeiro e Segundo Graus. Seus integrantes, com apoio da direção e dos professores de Educação Física, têm se empenhado ao máximo, cuja dedicação têm-lhes proporcionado muitas conquistas, nos vários níveis de disputas.

Não poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de requerer o devido e merecido registro nos Anais da Assembléia Legislativa, ao Clube Escolar Unidade Pólo, particularmente para cumprimentar seus atletas vencedores, que estão abaixo mencionados:

Sidney Rodolfo de Souza Júnior (1.º lugar individual); José Garaluz (3.º lugar individual); Leandro J. S. de Paula (4.º lugar individual); João Garaluz (6.º lugar individual); Karla Izabel de Souza (1.º lugar individual) e Rosa Garaluz (2.º lugar individual).

Sala das Sessões, em 04 de janeiro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada moção de apoio, conforme texto anexo, ao Presidente da República, José Sarney, e ao Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, pela iniciativa de implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

MOÇÃO DE APOIO

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em nome do povo paranaense, através da presente, manifesta o apoio à iniciativa da Nova República de implantação do Programa Nacional de Reforma Agrária, recentemente anunciado.

Há dezenas de anos a Nação vinha reclamando de seus governantes uma atitude corajosa visando a reestruturação do atual sistema agrário de nosso País, carregado de injustiças, e que tornava o nosso meio rural palco de graves e permanentes conflitos sociais. Sistema que privilegiava alguns grandes proprietários enquanto a maioria de nossos camponeses e colonos eram expulsos da terra, concentrando ainda mais o latifúndio, aumentando a fome, o desemprego e os dramas sociais.

A Reforma Agrária lançada pela Nova República veio iniciar a correção destas injustiças, veio para trazer terra, trabalho e paz para milhões de brasileiros que desesperançados perambulavam por todos os rincões de nosso País, sem qualquer perspectiva de realização de seus mais elementares direitos.

Por isso, a Reforma Agrária merece todo o nosso apoio, mesmo que cause reações contrárias em uma minoria que ainda não percebeu, ou não quer perceber, que democracia significa também uma distribuição equilibrada de nossas terras àquelas que realmente nelas queiram trabalhar para o seu sustento e de sua família, e para o progresso de nossa Nação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney, propondo a revogação do Decreto que isenta a Binacional Itaipu de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Sempre pregamos que as administrações públicas devem ser abertas, francas e democráticas. Agora, com a Nova República, entendemos que devem ser abolidos qualquer tipo de instrumento casuístico. A Nação deve ter acesso a todas as informações nas administrações públicas. No caso da parte brasileira de Itaipu, nunca se divulgou o montante das aplicações, o que suscita uma série de questionamentos sobre a honorabilidade dos ex-diretores e atuais diretores.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício aos Excelentíssimos Senhores Ministros dos Transportes, Affonso Alves de Camargo Neto, da Fazenda, Francisco Dornelles e do Planejamento, João Sayad, solicitando estudos para uma distribuição mais justa dos tributos arrecadados com a TRU – Taxa Rodoviária Única – e o Imposto Único Sobre Combustíveis, visando aumentar a receita tributária dos municípios.

No caso da TRU, o veículo é licenciado no município, transita em estradas estaduais e 90% da receita vai para o Governo Federal. Com relação ao Imposto Único Sobre Combustíveis, o município não fica com nenhum tostão. Sabemos que a intenção da Nova República de implantar uma verdadeira Reforma Tributária, mas, a mudança da sistemática sobre os itens acima é uma medida emergencial.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Fernando Lira e aos Líderes de bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, propondo que seja concedido DIREITO DE VOTO aos soldados e cabos do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícias Militares Estaduais.

Entendemos que o direito de voto deve ser de todos, até dos analfabetos como propõe agora a Nova República. Este é, sem dúvida, o início das transformações democráticas que desejamos para este País.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação no sentido de liberação de recursos para a construção de uma quadra de esportes na Escola Vinícios de Moraes, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

A presente solicitação é fruto de uma antiga reivindicação formulada pelo conjunto de moradores do Conjunto Habitacional Doutor Milton Luiz Pereira, construído pela Cohapar. Recentemente, o problema da falta de uma quadra de esportes foi, mais uma vez lembrado.

Aquele estabelecimento de ensino possui aproximadamente, 450 alunos, distribuídos entre a 1ª a 8ª séries. Estes mesmos estudantes não têm podido desenvolver a prática da Educação Física, pela absoluta falta de condição.

Deste modo, a colaboração dessa Secretaria de Estado da Educação, é algo indispensável, esperando-se a liberação de recursos visando a construção da pretendida quadra de esportes.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência, no sentido de que, através de estudos, determine a criação e instalação de uma agência do INAMPS na Municipalidade de Campina da Lagoa.

Tal solicitação basea-se na preocupação, manifestada recentemente, do Excelentíssimo Senhor Rubens Barbosa. Como integrante do Poder Legislativo Municipal, esta pessoa tem reafirmado sua convicção de que, somente com a implantação de uma agência do INANPS será possível pôr fim a uma série de problemas vivenciados pelo conjunto da população, particularmente dos mais necessitados.

Ademais, o número de contribuintes é extremamente significativo. Estas mesmas pessoas, quando precisam de algum auxílio têm que se deslocar até a cidade de Campo Mourão, distante mais de 100 quilômetros.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar dessa Pasta o encaminhamento de medidas que possam vir de encontro com as aspirações daquela gente com relação ao INAMPS.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja enviado Ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, solicitando pronunciamento daquele Ministério, de orientação técnica e de viabilidade executória da criação da UNIVERSIDADE DO OESTE, já constituída por um movimento educacional nesse sentido, que conta com 8 (oito) faculdades em funcionamento na cidade de Cascavel-PR., além de outras faculdades em funcionamento nas cidades circunvizinhas a essa.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985

(aa) MÁRIO PEREIRA, SABINO CAMPOS,
TÉRCIO ALBUQUERQUE, GERNOTE KIRINUS,
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, SÉRGIO SPADA e
EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

1.- A questão universitária do Brasil se insere no contexto sócio-político que deve ser tratado pela Assembléia Nacional Constituinte, no espaço próprio dentro da futura Carta Constitucional que por ela deve ser elaborada e promulgada. Por isso, compete a este Parlamento Estadual, na qualidade de outorgado constituinte desta Unidade Federativa, dar início às ações parlamentares que carreguem subsídios no seio dos interesses populares, à formalização parlamentar do processo constitucional que se espera seja instaurado, conforme está no Manifesto, no Programa, no Estatuto e no Código de Ética do PMDB, devidamente ratificado pela “Aliança Democrática” e até o presente, honrado pelo Senhor Presidente da República.

2.- E, como o movimento pela criação da UNIVERSIDADE DO OESTE já pode ser considerado como determinação irreversível do povo do Paraná, é

pensamento dos mandatários da Região Oeste e Sudoeste que essa Universidade atenderá, promoverem todos os meios à sua realização. Todavia, querem fazê-lo em sintonia com a programação do Governo e dentro da orientação e apoio técnico do Ministério da Educação. Razão por que, é de indispensável valia o que pelo presente requerimento se busca.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando que o mesmo determine a todas as Secretarias de Estado, notadamente da Educação, seja fornecido todo apoio logístico e instrumental ao Projeto Universidade do Oeste.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(aa) SABINO CAMPOS, MÁRIO PEREIRA,
GERNOTE KIRINUS, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA,
TÉRCIO ALBUQUERQUE, SÉRGIO SPADA e
EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente reivindicação, em virtude da necessidade de se levantar todos os dados acerca do assunto e dessa forma, elaborar um profundo estudo que possibilite viabilizar essa antiga aspiração das lideranças e de todo o povo da Região.

Os quase um milhão e duzentos mil paranaenses do Oeste que produzem 34% dos grãos colhidos neste Estado, que organizaram 6 das 10 maiores cooperativas do Paraná, que exploram o segundo maior pólo turístico brasileiro. Os oestinos que emprestam seus mananciais e solo para a maior usina hidrelétrica do mundo pagando elevados preços social, ambiental e econômicos, querem e estão conquistando a Universidade do Oeste.

É mais que uma necessidade, um direito, pois, apesar da contribuição e destaque da Região no contexto estadual é a que oferece menor número de oportunidade em cursos superiores.

Apesar de sabermos que a maioria das Universidades brasileiras estão na ante-sala da falência está sendo proposto e discutido formas mais avançadas de atuação e manutenção de uma Universidade social e crítica.

O que seria esta Nova Universidade? Para quem ela seria?

Estas respostas começam ser dadas a partir do amplo debate que se instala.

Setores organizados das comunidades oestina, lideranças, professores alunos enfim, toda nossa gente desperta para esta prática criativa. Todos buscam uma universidade que faça das questões regionais, sociais, políticas-econômicas e culturais a sua razão de ser. Pensa-se, discute-se e debate-se uma universidade criadora e não reprodutora, cujos curriculuns estejam integrados ao dia-a-dia do Oeste uma autêntica integração com o cotidiano. Buscam-se escolas ajustadas e respondendo aos interesses e aspirações populares.

Esta universidade crítica não deverá conformar-se, seu objetivo é transformar.

Esta universidade será popular e não tecno-burocrata.

A gente da nossa terra está a criar uma universidade para preparar o oestino para o Oeste. O paranaense para o Paraná e os brasileiros para o nosso destino de Grande Nação. Trocam-se idéias, exercitam-se a inteligência e a criatividade com o mesmo ânimo dos pioneiros do passado recente que transformaram o inóspido em prosperidade. Através da Universidade do Oeste veremos o pensar e o repensar do nosso cooperativismo dinâmico e solidário. Pesquisaremos a produção agrícola, sua produtividade, técnicas adequadas, diversificação e alternativas, respeitando e continuando a nobre vocação e tradição do produzir alimentos.

A Universidade não poderá estar alheia às lutas regionais, à preservação das pequenas propriedades, à ocupação mais racional dos espaços fundiários, políticos, sociais e econômicos.

Neste laboratório de idéias poderão ser ensaiados fórmulas para que o crescimento regional dê-se de forma horizontal, distributiva igualitária e mais justa: ali poderá ser gestado um renascer industrial, aproveitando capitais, matérias-primas, mão-de-obra e o espírito empreendedor da nossa gente.

Na Universidade do Oeste analisaremos o efeito grande Lago de Itaipu, os ventos, os microclimas, seus efeitos sociais e econômicos, o andamento de nossas cidades e o que se fazer e como tirar benefícios, administrando esta realidade que se coloca.

A Universidade deverá estudar e ampliar as pesquisas na área da piscicultura e utilizar os equipamentos e laboratórios da Surehima aqui instalados.

A preservação dos valores culturais e o resgate de suas vertentes e raízes poderão completar o espectro universal da escola que estamos a criar. Esta Universidade também, passa pela participação de todos os segmentos da sociedade, igrejas, cooperativas, associações, municipalidades, Estado e União deverão engajar-se neste desafiante mutirão.

O debate deve ser permanente. Valerá a pena federalizar a Universidade do Oeste?

Isto não significaria autorizar a interferência da União em questões regionais?

Não seria mais interessante dividir entre União, o Estado e comunidade esta responsabilidade, assegurando a auto-sugestão?

Vamos adotar a moderna visão da distribuição multi-campus de Universidade, mantendo, continuando, integrando e interagindo os versos já existentes e criando outros?

A Universidade do Oeste que estamos a vislumbrar deverá gerar os agentes da transformação que a nossa sociedade requer.

A Universidade do Oeste será o instrumento da realização de novas propostas de desenvolvimento. Mobilizará forças políticas e produtivas para o crescimento harmônico, integral e integrado do Oeste do Paraná.

A discussão está aberta. Continua. Cada um deve ser agente e propagador do grande projeto que transcenderá salas de aulas, prédios, campus, municípios, região, Estado e até o País, como mais um feito exemplar da gente heróica do Oeste do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, Dr. Camilo Calazans, solicitando do mesmo providência no sentido da instalação de uma Agência ou Posto Avançado daquela instituição bancária no Município de Atalaia.

A medida justifica-se plenamente, visto que o único Banco existente na cidade atende tão somente 7% (sete por cento) dos agricultores do Município em volume financiado. Para se ter uma idéia da natureza do problema, as duas maiores agências em volume de financiamento e depósitos à vista são da cidade vizinha de Nova Esperança, distante 25 km do Município de Atalaia.

Trata-se, portanto, de uma sentida aspiração de toda a comunidade daquele Município, que aguarda por parte do Banco do Brasil a necessária sensibilidade no sentido de ir de encontro a esta reivindicação do homem do campo, mola propulsora do desenvolvimento nacional.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Schwartz, solicitando a construção de uma nova ponte sobre o rio Pirapó, na PR-458, trecho que liga Atalaia à Flórida.

A medida justifica-se plenamente, já que a atual ponte é bastante precária e sinuosa, tendo já causado inúmeros acidentes, sendo que nos últimos tempos ocorreram pelo menos 3 acidentes com vítimas fatais.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário, seja dado ciência aos Senhores Vereadores nas Câmaras Municipais de ambos os municípios.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Gilberto G. Garbi, Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público na Rodoviária de Dom Armando, Distrito do Município de Missal.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O nobre Vereador Rudi S. Paetzol, que vê o crescente progresso de Dom Armando, em requerimento apresentado na Câmara Municipal solicita a instalação de telefone público na Rodoviária de Dom Armando - Missal.

Desta forma, os usuários que estão na referida Rodoviária serão beneficiados, como também, os demais moradores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Federação Paranaense de Futebol, solicitando seja afixada em local de destaque no Estádio Pinheirão, uma placa alusiva ao Dr. Vitor Ferreira do Amaral, ilustre personalidade paranaense, que quando diretor de Instrução Pública do Estado do Paraná, no ano de 1904, trouxe a primeira bola de futebol para nosso Estado, com o livreto explicativo sobre o esporte de maior divulgação hoje, no Brasil.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da CAFE DO PARANÁ, Osmar Fernandes Dias, solicitando a implantação, em Toledo, dos serviços de esterqueira prestados pela empresa.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Os serviços de transporte e espalhamento de esterco já são prestados pela CAFE DO PARANÁ em outras regiões do Estado, propiciando economia e aproveitamento do adubo orgânico como matéria-prima, principalmente para as pequenas e médias propriedades rurais.

Considerando as características de nossa região, concluímos que este é um serviço necessário na maioria das pequenas propriedades, impossibilitadas de adquirirem seu próprio equipamento para espalhar o adubo em pequenas áreas.

A implantação deste serviço poderá ainda evitar que as fossas utilizadas nas propriedades venham a transbordar nos períodos de chuvas, fazendo com que se perca um rico material que pode auxiliar em muito o desenvolvimento de pequenas áreas de culturas de subsistência, possibilitando a diversificação a custos mais baixos na produção das pequenas propriedades.

Entendemos, ainda, que tal medida, ou seja, a aquisição de duas máquinas esterqueiras e a implantação do serviço de espalhamento de esterco nas propriedades do município é consoante com os interesses agrícolas de diversificação das culturas, de produção de culturas de subsistência e de utilização de adubos não poluentes, que orientam a atuação da CAFE DO PARANÁ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de Nova Aurora a Formosa do Oeste, passando pelas localidades de São Jorge e Bela Vista.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento da estrada ligando Nova Aurora a Formosa do Oeste representará uma grande contribuição para o desenvolvimento da Região Oeste do Paraná, principalmente porque facilitará enormemente o escoamento da produção agrícola destes dois Municípios, visto que encurtará o percurso em aproximadamente 15 quilômetros. Além disso o asfaltamento da estrada integrará aos dois Municípios duas importantes localidades, que hoje estão praticamente isoladas; São Jorge e Bela Vista.

Neste sentido, é que encaminhamos o presente apelo ao Secretário de Estado dos Transportes, sempre atento às justas reivindicações de nosso povo.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 98/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Artigo 10, da Lei nº 4.766, de 13 de novembro de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 — Aos inscritos em geral, que tenham deixado o cargo por qualquer motivo, é facultado manter a sua inscrição, desde que o requeiram em 12 (doze) meses.

§ 1.º — Durante este período de 12 (doze) meses será assegurado ao inscrito a manutenção de todo e qualquer benefício oferecido pelo Instituto.

§ 2.º — A falta de pagamento, no caso deste Artigo, após vencidos os 12 (doze) meses, importará caducidade do direito aos benefícios, cessando para o Instituto toda e qualquer responsabilidade.

§ 3.º — Os pagamentos feitos com mora, depois do vigésimo dia posterior ao mês vencido, ficam sujeitos à multa de 10 (dez) por cento sobre o seu valor, cobrável juntamente com o principal.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que estamos apresentando visa conceder aos funcionários estatutários do Paraná os mesmos direitos que são assegurados aos previdenciários inscritos no INPS. Ou seja, a garantia do direito de utilização dos benefícios oferecidos pelo Instituto de Previdência do Estado — IPE, durante um período mínimo de um ano, àqueles que se desligarem dos quadros do Estado.

Hoje, o estatutário que, por qualquer razão, perde a qualidade de funcionário público estadual, fica, assim como toda a sua família, sem o direito a qualquer benefício. É o caso da assistência médica e hospitalar: o INPS e o INAMPS asseguram este benefício ao inscrito e seus dependentes até um ano depois do segurado se desligar do Instituto por qualquer motivo.

Este, também, é o prazo que o inscrito no INPS tem para manter a sua condição de segurado e prosseguir contribuindo e tendo acesso aos benefícios.

A medida que estamos propondo pretende estender este direito a todos os funcionários estatutários do Paraná, aproximadamente 90 mil funcionários, e também os seus dependentes.

Acreditamos que em função do elevado alcance social da matéria, merecerá ela a necessária acolhida por parte dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — (Erondy Silvério) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Como já afirmamos aqui, há algumas sessões anteriores, e, praticamente, nos dois anos que estamos exercendo o nosso mandato parlamentar, sempre estivemos bastante preocupados com a questão da política do trigo, política esta adotada pelo Governo Federal.

Mais preocupados sempre estivemos com a questão dos moinhos coloniais que, ao longo do tempo, principalmente com o advento do Decreto-Lei nº 210/67, foram praticamente eliminados, foram praticamente aniquilados em nosso Estado, e também nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Por esta razão é que nós, ao longo destes dois últimos anos, tivemos a oportunidade de nos somar a vários outros Parlamentares desta Casa, que sempre pediram e pedem até a presente data, que alguma coisa se faça a nível de País, no sentido de formularmos uma nova política para o trigo nacional, ou seja, para a cultura deste cereal tão utilizado na alimentação da nossa população.

Há questão de umas duas semanas, tivemos a oportunidade de propor e foi aprovado por esta Casa, a criação de uma Comissão Especial Parlamentar, justamente para estudar a questão dos moinhos coloniais e a questão do trigo, não só em nosso Estado, porque pretendemos, após cumpridas algumas etapas aqui no Estado do Paraná, dialogarmos com as Lideranças dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para, quem sabe, através deste intercâmbio de idéias e desta troca de opiniões, tirarmos um documento que represente, que possa espelhar o pensamento do povo sulino, das Lideranças do Sul do País, no que diz respeito aos moinhos coloniais, no que diz respeito à política do trigo.

Ainda hoje, até há questão de alguns minutos atrás, estivemos reunidos com a assessoria técnica da Assembléia Legislativa, quando definíamos alguns detalhes finais, para realização de uma mesa redonda, sobre política de trigo, sobre abastecimento, subsídio e moinhos coloniais.

Acertamos a data do dia 20 de junho quando, no período da manhã, no pequeno auditório "Deputado Luís Gabriel Sampaio", estaremos ouvindo produtores, estaremos ouvindo a Secretaria da Agricultura, estaremos ouvindo os industriais do trigo,

estaremos ouvindo os defensores da classe dos consumidores, e estaremos ouvindo também, os representantes das indústrias alternativas.

Por esta razão, é que conclamamos hoje, todos os Senhores Deputados, para que, conosco, se somem nesta luta, de vermos implantado neste País, uma nova política para o setor tritícola, e que possamos também ver, brevemente restabelecido e funcionando em nosso País, os pequenos moinhos de trigo, e principalmente, vermos reativados os nossos pequenos, saudosos e tão queridos moinhos coloniais, que no passado foram a nossa alegria, e que hoje, nada mais são do que uma lembrança do passado, em função de terem desaparecido.

Fica, portanto, este registro, e o convite, para que no dia 20 de junho, no período da manhã, participemos, todos nós, desta mesa redonda, para tirarmos as nossas conclusões e fazermos as nossas propostas.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) -

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Belinati, orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou trazendo algumas embalagens de remédios para esta tribuna e, não se espantem os Senhores Deputados, porque não sou médico e nem farmacêutico, mas é para comentar o verdadeiro carnaval que ornamenta cada embalagem destes remédios, vendidos, por sinal, pela farmácia do IPÊ. Temos Tantumciclina, Tantrexcin e Donapal. Três produtos para ilustrar a nossa crítica ao IPÊ, que está num ritmo muito acelerado para remarcar os remédios que são vendidos para o funcionalismo público.

Veja, Senhor Presidente Erondy Silvério, um remédio como Donatal, a ter etiqueta colocada em cima de etiqueta, outra etiqueta em cima da outra, eu contei rapidamente nesta embalagem onze marcações do remédio Donatal. Quer dizer, ou o IPÊ está vendendo um remédio velho, que já está com prazo vencido, ou o IPÊ ingressou na era do computador para remarcar o remédio que o funcionário público está adquirindo.

Notem bem os Senhores, onze marcações e preços numa mesma embalagem chega a ofender o funcionário público que vai à farmácia do IPÊ para comprar o remédio mais barato, enfrentando até burocracia e, quando ele abre, em casa, o produto que comprou, é obrigado a ter essa verdadeira afronta, eu diria até um desrespeito com tanta etiqueta com preço

novo, uma colocada sobre a outra. Isto é prova de que o IPÊ, no governo participativo do PMDB, não está vendendo remédio barato para o funcionalismo. Se esse produto custou para o Governo do PMDB um determinado preço, ele não deveria ser remarcado tão depressa. É sinal que o produto está sendo vendido por um preço caro, exorbitante, e fica até feio para o funcionário chegar em casa, e a sua família, a tomar o medicamento, tem que deparar a todo instante com essas marcações de preços, do Governo do PMDB.

Já que o Governador José Richa não tem dado o aumento salarial que o funcionário está reivindicando, e ainda hoje virá em passeata um grande grupo de funcionários públicos que sairão da "Boca Maldita" até o Centro Cívico para cobrar de Richa as promessas que ele fez como candidato. Nós esperamos, que paralelamente, o Senhor José Richa determine à direção do IPÊ, que não seja tão apressada, que não tenha tanta pressa assim para colocar preço novo em cima do remédio, largando até um serviço porco, porque o que eles estão fazendo, acima de tudo, é um serviço porco, borrar tanto a embalagem com tanta etiqueta de preço novo que é colocado.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou abordar alguns assuntos neste Horário do Grande Expediente. Nós estamos encaminhando um requerimento ao Ministro da Justiça e aos Líderes de Bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, propondo e sugerindo o direito de voto aos soldados e cabos do Exército, Marinha e Aeronáutica e Polícias Militares Estaduais, principalmente aos soldados.

Nós entendemos que o direito de voto deve ser de todos os segmentos, até dos analfabetos, como propõe agora, a Nova República.

Este é, sem dúvida, o início das transformações democráticas que desejamos para este País. É inconcebível que as polícias militares mantenham seus soldados num regime repressivo, de medo, onde eles não podem sequer reivindicar algo de melhoria na estrutura salarial, e além disso não têm o direito ao voto.

Outro requerimento encaminhado ao Ministro Affonso Alves de Camargo Netto, ao Ministro Francisco Dornelles e ao Ministro João Sayad, com relação a uma distribuição

mais justa dos tributos arrecadados pela União.

No caso específico da TRU, Taxa Rodoviária Única, o veículo é licenciado no município, transitado em estradas estaduais, e 90% da receita vai para o Governo Federal.

Com relação ao Imposto Único sobre Combustíveis, o município não fica com nenhum tostão. Nós sabemos que a intenção da Nova República é implantar uma verdadeira reforma tributária, mas entendemos que a mudança sistemática sobre estes itens que levantamos é uma medida emergencial para socorrer os municípios brasileiros. Não se concebe que da Taxa Rodoviária Única, os municípios fiquem com aproximadamente 10%, e do Imposto Único sobre Combustíveis, os municípios não ficam efetivamente com nenhum tostão do que é arrecadado.

Outro requerimento que estamos encaminhando para o Presidente da República propondo a revogação do Decreto que isenta a Binacional ITAIPU de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Nós entendemos que é uma Binacional, e o que concerne à parte paraguaia, não pelo problema deste Deputado, mas o que concerne à parte brasileira, nós entendemos que a Binacional teria que prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Nós sempre pregamos que as administrações públicas devem ser abertas, francas e democráticas. E, agora, com a Nova República, entendemos que deve ser abolido todo tipo de instrumento casuístico. A Nação deve ter acesso a todas as informações nas administrações públicas.

No caso da ITAIPU, na parte brasileira, nunca se divulgou o montante das aplicações, o que suscita uma série de questionamentos, inclusive sobre a honorabilidade dos ex e atuais diretores da Binacional ITAIPU.

Comentam, inclusive, que, do investimento de 18 bilhões de dólares, na construção da Binacional ITAIPU, 5 bilhões de dólares teriam sido esviados. Justamente porque a Binacional não presta contas a ninguém.

E outra mudança que deveria ser feita, é de que o Presidente da Binacional, o Senhor General Ney Braga, ganhe em cruzeiro, e não em dólares. São 18 mil dólares por mês, mais casa, comida, avião, verbas e etc. E muitos assessores que ganham 30, 40, 50 milhões de cruzeiros, por mês. E o preço da energia de ITAIPU é o dobro do da Copel.

Estamos encaminhando também à Mesa um Projeto de Lei alterando a redação do artigo 100, da Lei 4.766, de 03 de

novembro de 1963, com a seguinte justificativa: (Lê):

"O Projeto de Lei que estamos apresentando visa conceder aos funcionários estatutários do Paraná os mesmos direitos que são assegurados aos previdenciários inscritos do INPS, ou seja, a garantia do direito de utilização dos benefícios oferecidos pelo Instituto de Previdência do Estado - IPÊ -, durante um período mínimo de um ano, àqueles que se desligarem dos quadros do Estado.

Hoje, o estatutário que, por qualquer razão, perde a qualidade de funcionário público estadual, fica, assim como toda a sua família, sem direito a qualquer benefício. É o caso da assistência médica hospitalar, o INPS e o INAMPS asseguram este benefício ao inscrito e seus dependentes até um ano depois do segurado se desligar do Instituto por qualquer motivo.

Este também, é o prazo que o inscrito no INPS tem para manter a sua condição de segurado e prosseguir contribuindo e tendo acesso aos benefícios.

A medida que estamos propondo pretende estender esse direito a todos os funcionários estatutários do Paraná, aproximadamente noventa mil funcionários e, também aos seus dependentes, porque existe uma grande distorção, enquanto o funcionário celetista que é despedido ou que sai da empresa ou do órgão, ele tem uma carência de um ano, no atendimento médico-hospitalar através do INAMPS e INPS. O que não ocorre com o estatutário.

O outro assunto, Senhor Presidente, nós tivemos em Brasília, há questão de uma semana, juntamente com o Deputado Paulo Furiatti, Deputado Sabino Campos, Deputado Gernote Kirinus, vários Deputados Federais, Senadores, Prefeitos, representantes da FAEP, FETAEP, do IAPAR, Secretário da Agricultura, tendo uma audiência com o Ministro da Agricultura Pedro Simon sobre o problema do cancro cítrico, notadamente na Região Norte, Noroeste e Norte Pioneiro do Paraná, onde há vinte e oito anos os produtores estão impedidos de plantar os seus laranjais em função da Portaria n. 8 do Governo Federal.

E, naquela ocasião, o Ministro Pedro Simon foi colocado a par do que realmente vem acontecendo ao longo desses vinte e oito anos em que o Paraná é obrigado a erradicar os cítricos. São cento e oitenta e oito municípios no Paraná interditados pela CANEC - Campanha Nacional de Combate ao Cancro Cítrico. E isto representa 9 milhões, 604 mil hectares de área interditada pelo Governo Federal, onde está proibido o plantio de citros.

E, expusemos também ao Ministro, de

que três empresas paulistas que detêm o monopólio da exportação do suco concentrado - a GRUTALI, a CITROSUL e a CARGIL, é que impedem a expansão da citricultura em outros Estados e notadamente no Paraná, para que elas não percam o domínio da produção, da comercialização e da exportação. Inclusive, essas empresas mantêm funcionários pagos dentro da CACEX e dentro da CANEC, o que tem impedido o Paraná de fortalecer a sua economia com essa excelente alternativa, com essa diversificação que é a citricultura. Somente este ano o Estado do Paraná vai gastar duzentos bilhões de cruzeiros para importar laranjas do Estado de São Paulo. São duzentos milhões de toneladas, 96.4% das laranjas que os paranaenses consomem vêm do Estado de São Paulo. E nós temos um levantamento de que no Estado de São Paulo existe o cancro cítrico e os paulistas convivem com o mesmo.

O Ministro ficou de estudar, compôs uma comissão, um grupo de trabalho, e deverá dar uma resposta dentro dos próximos quinze ou vinte dias, e essa resposta deverá ser positiva para que o Paraná volte a plantar laranjas após a revogação da Portaria n.º 8. Isso representaria o fortalecimento da economia paranaense dentro desta alternativa, mão-de-obra na zona rural, a implantação de agro-indústrias, aproveitando o mercado que é excelente para exportação "in natura" e também de suco concentrado.

Portanto, vamos aguardar a resposta do Senhor Ministro. É um apelo do Paraná, mas que, infelizmente, não pudemos contar com a voz do Governador José Richa, que deveria ser o primeiro a se levantar contra este estado de coisas. Mas, mesmo assim, esta caravana esteve em Brasília exigindo do Ministro a revogação da Portaria n.º 8. Infelizmente esperávamos uma posição paranista do nosso Governador José Richa, o que, efetivamente, acabou não acontecendo.

Era isso, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara)

Consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu horário. (Declino) Consulto à Liderança do PDS. (Declina). Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

O SR. SÉRGIO SPADA - Por quinze minutos, o Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Pela

ordem, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu gostaria de saber se Vossa Excelência determinou uma inversão no Horário das Lideranças dos partidos desta Casa, de vez que em todas as sessões anteriormente o Parlamentar do partido que pertencia e que estava na tribuna era quem tinha o privilégio no Horário das Lideranças.

Como o último Deputado a falar foi o Deputado Fiori Luiz, parece-me que o horário normal, em primeiro lugar deveria ter sido o do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Faço essa observação a título de contribuição a Mesa Diretora dos trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara)

Deputado Luiz Alberto de Oliveira, procede a sua observação e a Mesa informa a Vossa Excelência que o equívoco foi da assessoria, que fez nessa ordem. E a Mesa inadvertidamente leu apenas a seqüência que havia sido colocada pela assessoria.

Com a palavra, o Senhor Deputado representante do Município de Toledo e adjacências, Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

"Ocupamos a tribuna desta Casa de Leis para tratar de um assunto que hoje envolve e polemiza toda a Nação brasileira: A Reforma Agrária.

E eu me permitiria, Senhor Presidente, fazer aqui a leitura do requerimento que apresentamos à Mesa, em apoio à iniciativa do governo Federal de começar a implantar uma efetiva Reforma Agrária no Brasil, honrando assim o programa peemedebista e as propostas eleitorais de mudança em benefício de nosso povo.

Passo a ler a íntegra da moção dirigida ao Presidente José Sarney e ao Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário Nelson Ribeiro:

"Senhor Presidente da República"

"Senhor Ministro"

"A Assembléia Legislativa do Paraná, em nome do povo paranaense, através do presente, manifesta o apoio à iniciativa da Nova República de implantação do Programa Nacional de Reforma Agrária, recentemente anunciado.

Há dezemas de anos, a Nação vinha reclamando de seus governantes uma atitude corajosa visando a reestruturação do atual sistema agrário de nosso País, carregado de injustiças, e que tornava o nosso meio rural palco de graves e permanentes conflitos sociais. Sistema que privilegiava alguns grandes proprietários

enquanto a maioria de nossos camponeses e colonos eram expulsos da terra, concentrando ainda mais o latifúndio, aumentando a fome, o desemprego e os dramas sociais.

A reforma Agrária lançada pela Nova República veio iniciar a correção dessas injustiças, veio para trazer a terra, o trabalho e paz para milhões de brasileiros que desesperançados perambulavam por todos os rincões de nosso País, sem qualquer perspectiva de realização de seus mais elementares direitos.

Por isso, a Reforma Agrária merece todo o nosso apoio, mesmo que cause reações contrárias em uma minoria que ainda não percebeu, ou não quer perceber, que democracia significa também uma distribuição equilibrada de nossas terras àqueles que realmente nelas queiram trabalhar para seu sustento e de sua família, e para o progresso de nossa Nação".

Senhor Presidente, esta é a moção para a qual espero o apoio unânime dos partidos políticos desta Casa e de todos os Deputados presentes, pois, considero inadmissível que os nossos mandatos não sejam colocados a serviço das necessidades dos brasileiros e da Nação.

A justificativa para esta posição reside na própria estrutura fundiária nacional.

O Brasil sempre se pautou por uma política de incentivo aos latifúndios, em prejuízo dos pequenos e médios produtores rurais. Desde o descobrimento do País, quando nossas terras foram divididas em enormes propriedades e distribuídas aos protegidos da Coroa; passando pela independência que quase nada modificou esta situação; pela libertação dos escravos, que não lhes deu o direito a um pedaço de terra; até os dias atuais, a constante foi e é a concentração das propriedades rurais e a espoliação dos pequenos e médios produtores.

Passamos pela Proclamação da República, pela Revolução de 30 e pela Constituinte de 46 e nenhuma mudança substancial foi promovida na estrutura agrária brasileira.

E a própria Revolução de 64 foi feita com um dos objetivos primordiais de impedir a Reforma Agrária, embora de início ainda pretendesse mudar realmente alguma coisa, chegando a editar o Estatuto da Terra. Do Estatuto, porém, foram cumpridos apenas os dispositivos referentes à Política Agrícola favoráveis aos grandess donos de terras e completamente engavetados aqueles que levariam à Reforma Agrária.

Com todas essas mudanças que nada mudaram para os necessitados, é natural

que o problema da posse da terra não se tenha resolvido; ao contrário, a concentração da posse da terra aumentou de forma constante.

Aqui, é importante fazer um paralelo, citando a experiência norte-americana, na qual muitos gostam de se inspirar apenas nos seus aspectos negativos, se esquecendo de suas grandes contribuições democráticas.

A lei de terras americana, de 1862, consagrou definitivamente o limite máximo, de propriedade para 160 acres, que corresponde aproximadamente a 96 ha.

É interessante notar que no Brasil a Lei Vergueiro, doze anos antes, consagrava a grande propriedade para os ricos e poderosos enquanto a Lei americana defendia desde aquela época a propriedade familiar, impedindo a concentração de posse da terra. Justamente aqui está a causa principal do desenvolvimento e poderio daquele País e da triste situação do nosso. Sem desenvolvimento agrícola não existe desenvolvimento industrial estável e duradouro, e sem liberdade de acesso à terra para o pequeno lavrador não há desenvolvimento agrícola.

O resultado aí está.

Segundo o censo agropecuário de 1980 os grandes proprietários passaram a ocupar 45,8% da área total, oferecendo apenas 4,3% dos empregos do campo. Enquanto isso os pequenos proprietários passaram a ocupar 19,9% da área total e são responsáveis por 78,6% dos empregos. Estes números mostram que se manteve a tendência antiga de concentração da posse e uso da terra. E este é exatamente o fator determinante da baixa produtividade das grandes propriedades. Uma característica que decorre principalmente do abandono de imensas áreas, retidas apenas com fins especulativos, ou de sub-aproveitamento determinado por relações de produção arcaicas.

Como consequência, o Brasil, no começo dos anos 80, ostentava o vergonhoso título de sexto colocado no campeonato mundial de desnutrição, atrás apenas da Índia, Bangladesh, Paquistão, Filipinas e Indonésia.

Em recente pronunciamento denunciávamos que já em 1984, um estudo do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA - calculou que a fome atingia 86 milhões de pessoas e podia estar gerando uma sub-raça de brasileiros cujos filhos eram 16% menores e pesavam 20% menos que a média das crianças do País. O próprio Ministro do Exército da época, alarmara-se ao constatar que até 47% das dispensas do serviço militar se deviam à carência nutricional dos convocados.

Por outro lado, Senhores Deputados, a concentração da propriedade fundiária provoca o conhecimento e desastroso efeito do êxodo rural. Milhões de trabalhadores foram obrigados a deixar o campo, concentrando-se nas periferias das grandes cidades industriais. Entre 1960 e 1980, 28 milhões de pessoas rumaram de diversas regiões do País para o Sul. Apenas nos anos 70 migraram 16 milhões. E o pior, Senhores Deputado, é que isso não é resultado de mero acaso, mas de uma política consciente. Em 1979, essa estratégia de desenvolvimento chegou a ser defendida abertamente pelo então Ministro do Planejamento Delfin Netto, sob a alegação de que o êxodo era um valioso incentivo industrial: o crescimento da oferta de mão-de-obra pressionaria os salários para baixo, reduzindo os custos de produção.

Sem dúvida, Senhores Deputados, buscar a solução para todos esses dilemas sem passar por uma Reforma Agrária, seria uma farsa.

A Reforma Agrária é um instrumento de política econômica capaz de elevar, direta ou indiretamente, e em pouco tempo, os níveis de emprego, de renda e de consumo de toda uma massa de pessoas à margem do mercado consumidor. É claro que o aumento da demanda efetiva não seria a única, nem a principal motivação para se promover a realização da Reforma Agrária. Trata-se, afinal, de uma questão de justiça social, de um imperativo político de redistribuição da renda, da riqueza e do poder. Além disso, uma redistribuição a favor dos que produzem riqueza por meio de seu próprio trabalho é capaz de gerar efeitos que vão muito além do setor agropecuário, atingindo a economia e a sociedade como um todo.

Entretanto, Senhores Deputado, é importante lembrar que as forças contrárias à Reforma no Brasil, são muito poderosas. Isto, porém, não impede que se possa afirmar que o desejável aumento do emprego, da remuneração e do consumo dos trabalhadores - tanto rurais como urbanos; quer do setor agropecuário, quer dos setores industriais e de serviços - dificilmente iria se materializar no contexto da vigente estrutura fundiária. Embora a Reforma Agrária não se constitua na solução de todos os problemas, parece inegável que todas as soluções têm que acabar passando, mais cedo ou mais tarde, por ela.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não tem qualquer fundamento certas críticas que qualificam o Plano de Reforma Agrária da Nova República como um elemento de intranquilidade na vida política nacional.

O que gera intranquilidade, Senhores Deputados, é o desespero da falta ou da perda de terra daqueles que nela querem trabalhar. O que traz intranquilidade é o desemprego, a marginalidade e a falta de recursos para o trabalhador alimentar sua família. É isso que provoca conflitos, disputas e intranquilidade.

Outros qualificam o programa de Reforma Agrária de radical.

Se esquecem que o atual programa, no essencial, nada mais é que a aplicação do Estatuto da Terra editado pelo próprio regime militar em 1964, e até hoje não cumprido no que diz respeito aos benefícios para o homem simples do campo.

Muito pelo contrário, o Programa Nacional de Reforma Agrária da Nova República é bastante equilibrado e gradual, podendo até em muitos aspectos ser qualificado como conservador, se comparado a outros modelos da Reforma Fundiária, como por exemplo, a que foi aplicada nos Estados Unidos, em 1862.

Tanto é um plano equilibrado, e nada ameaçador da propriedade, que prevê na sua fase inicial de aplicação apenas a desapropriação das áreas envolvidas em conflitos e tensões sociais.

O próprio Presidente José Sarney definiu com muita clareza este aspecto ao discursar no 4.º Congresso da CONTAG em Brasília: "O Programa da Reforma Agrária do Governo não é contra a propriedade, mas um meio de democratizá-la, tornando-a acessível a milhões de brasileiros".

Outros, inclusive alguns Deputados desta Casa de Leis, foram apressadamente à imprensa, taxar o plano governamental de apressado e planejado sem os estudos necessários e sem a devida consulta aos interessados.

Estes fazem questão de esquecer que a luta e os estudos da Reforma Agrária são tão antigos quanto a própria História de nosso País.

Quantas contribuições já foram elaboradas pelas entidades dos trabalhadores, pela Igreja, pela OAB, pelos Agrônomos, pelos Partidos Políticos, e por diversas outras entidades de nossa sociedade? O programa, inclusive, só foi divulgado após um prolongado estudo efetuado por 17 grupos de estudos, compostos por representantes dos mais diferentes segmentos da sociedade civil. Faltava apenas a coragem de governantes para costurar todas essas contribuições e criar condições para levá-la à prática.

Além disso, se esquecem esses críticos, que a Reforma Agrária era e é uma das bandeiras do programa do PMDB. Bandeira empunhada por Tancredo Neves e pelo Presidente José Sarney, devendo, portanto, ser efetivada, honrando o

compromisso assumido com a Nação. E se esquecem também estes críticos o que o Presidente José Sarney e o Ministro Nelson Ribeiro disseram exaustivamente: o Programa de Reforma Agrária não está pronto e acabado. Está aberto às sugestões e contribuições da comunidade.

Para finalizar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de enaltecer a proposta do governo quanto à sua seriedade, pois não se restringe apenas à desapropriação e distribuição de terras, fixando, também, atividades de assistência técnica; produção e distribuição de sementes e mudas; criação, venda e distribuição de reprodutores; mecanização agrícola; cooperativismo; assistência técnica, financeira e creditícia; assistência à comercialização, industrialização e beneficiamento dos produtores; obras de infra estrutura; educação através de estabelecimentos agrícolas e orientação profissional e garantia de preços mínimos agrícolas. Resta apenas, na nossa opinião, determinar o período de anos para que o beneficiado receba o título definitivo da propriedade, critério necessário para distinguir, na prática, aqueles que querem trabalhar na terra utilizando-a de forma produtiva, daqueles que a querem apenas como instrumento especulativo.

Era o que tínhamos a dizer, Senhores Deputados, certos que o Governo do PMDB está cumprindo com suas propostas eleitorais."

Daria o restante do tempo ao Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus - Somente para parabenizá-lo, Deputado Sabino Campos, neste aparte lembrando uma frase deste saudoso ex-Presidente John Kennedy, que dizia que "todos aqueles que tornam a Reforma Agrária impossível e a dificultam estão na verdade a propugnar a violência no campo" e realmente este é um fato que deve ser ponderado quando se trata de Reforma Agrária.

A Nova República nada mais faz do que querer executar uma lei que durante muitos anos estava adormecida no colo do INCRA e, portanto, nada mais está fazendo do que executar aquilo que prometeram e não fizeram no regime militar.

O SR. SABINO CAMPOS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Esta Presidência consulta novamente à Liderança do PDS se quer fazer uso do seu horário.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PFL.

Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para fazer um registro nos Anais da Casa na passagem dos trinta anos de vida profissional do nosso companheiro que sempre esteve presente nesta Casa, o Jornalista Jamur Júnior, que iniciou no Paraná, como paranaense, passando pelo rádio, pelos canais de televisão e, hoje, para alegria de todos nós, comemora os seus trinta anos de jornalismo.

E eu quero, nesta oportunidade, apresentar um requerimento e pedir a aprovação dos meus companheiros nesta Casa e o apoio desta homenagem justa a este grande homem da comunicação que tem tanto contribuído e levado a notícia séria a todos os recantos paranaenses.

(Lê):

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação em ata da presente sessão, de um voto de congratulações ao jornalista Jamur Júnior, pelo transcurso dos 30 anos de exercício da profissão.

A medida é o justo reconhecimento a um profissional cuja história se confunde com a própria história da comunicação social em nosso Estado. Homem de rádio e televisão, Jamur Júnior marca os seus 30 anos de jornalismo pelo bom humor e pela fidelidade à informação."

Faço este registro em nome do PFL com assento nesta Casa.

Quero, Sr. Presidente, também, nesta oportunidade, primeiro conceder o aparte ao nobre Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Nobre Deputado, Líder da nossa Bancada. Vossa Excelência, da tribuna, manifestou o seu regozijo pelo aniversário de trinta anos da presença de Jamur Júnior, na Imprensa do Paraná e o faz em nome do partido, seria desnecessário que eu me manifestasse daqui fazendo coro às palavras de Vossa Excelência que tão bem falou das qualidades pessoais e profissionais de Jamur Júnior.

Mas, eu peço, para que Vossa Excelência me permita, neste aparte fazer dois reparos ao discurso proferido pelo Deputado do PMDB de Londrina, Fiori Luiz.

O primeiro quando ele se referindo a vencimentos do Diretor Geral de Itaipu, dizendo que é de dezoito mil dólares, Sr. Deputado, é necessário que se faça o reparo, porque isso é uma intriga, é mentira.

O Jornal "Gazeta do Povo", que merece maior respeito de todos nós, publicou na semana próxima passada, os valores recebidos por Diretores daquela empresa Binacional e no caso específico, do Diretor Geral, diz a nota e a notícia que é informativa que, o dólar, no valor de cinco mil, trezentos e oitenta cruzeiros, percebe atualmente, o Diretor Geral da Itaipu, mil oitocentos e dezoito dólares.

Além disso, Sr. Deputado, quero dizer também que dentre os Deputados que estiveram em Brasília, recebidos por Sua Excelência o Ministro da Agricultura, para falar acerca do cancro cítrico do Paraná, além dos Deputados enumerados por Sua Excelência, o Sr. Deputado Fiori Luiz, este Deputado também, lá se encontrava, não na condição de Presidente da Comissão Especial do Cancro Cítrico da Assembléia, porque sequer a Comissão da Assembléia foi comunicada, Sr. Deputado.

Eu fui porque tive notícias, através da imprensa, de que lá estariam alguns Deputados, alguns Prefeitos do Paraná e o Sr. Secretário da Agricultura, para tratarem do assunto específico: cancro cítrico com o Sr. Ministro.

Eu somente estive em Brasília, porque soube, através da imprensa daquele acontecimento, não estive lá como Presidente e eu repito, da Comissão, porque ela não teve conhecimento oficial do fato.

Para dizer também, que eu esperava que naquela oportunidade onde dezenas de Prefeitos lá se encontravam, mais de uma dezena de Deputados Federais e Prefeitos de ambos os partidos, vários Deputados Estaduais, eu esperava que o Estado do Paraná, naquela oportunidade, apresentasse ao Sr. Ministro da Agricultura um documento sério, para ser discutido lá, ou lá iniciar a discussão acerca da liberação do plantio de cítricos no Paraná e isto não aconteceu.

O Sr. Secretário da Agricultura, depois de discorrer acerca da campanha no Paraná, com competência até ele concluiu solicitando pura e simplesmente, que o Ministro da Agricultura revogasse a Portaria n.º 8/72, que interdita cento e oitenta e oito municípios mais ou menos no Estado do Paraná e obviamente, Sr. Deputado, o Ministro, mesmo que pretendesse fazê-lo não podia, naquele instante, sem qualquer estudo ou informação, assinar um documento de tamanha natureza.

O que eu esperava, é que o Paraná dissesse, através da Secretaria da Agricultura, que quer plantar laranja, mas se para isso, quer fazer alguma coisa nós precisamos discutir. Ora, se o Ministro da Agricultura é do mesmo Partido do Governo do Estado do Paraná, por que não sentarem juntos e discutirem numa mesa redonda? Não, simplesmente foi lá e pediu a liberação que todos nós queremos, mas, que sabemos previamente que o Ministro não poderia fazê-lo. Ao encerrar, gostei das palavras do Deputado Fiori Luiz, quando lembrou muito bem, dizendo que esteve impossibilitado de comparecer, lá em Brasília, naquela oportunidade, o Sr. Governador do Estado. Foi, realmente, lamentável, porque é hora de o Governador José Richa dizer se o Estado do Paraná quer realmente ativar ou não essa campanha. E, se ele lá estivesse presente, eu tenho a impressão que o Paraná poderia ter economizado alguns milhões de cruzeiros em passagens de avião, que se fez naquele dia.

Entretanto, Sr. Deputado, vamos aguardar o que vai dizer o pronunciamento da Comissão Mista; não é comissão, é um grupo de trabalho, representado por representantes da EMBRAPA, do Ministério da Agricultura, e da Secretaria do Paraná, através do IAPAR, para, depois, emitirmos a nossa opinião acerca do assunto, conclusivamente.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu agradeço, nobre

Deputado, o aparte de Vossa Excelência e fico satisfeito que, por uma feliz coincidência, o segundo assunto que deveria abordar nesta Casa seria com referência ao requerimento apresentado pelo Deputado Fiori Luiz.

Infelizmente, o nosso Estado tem sido preterido no âmbito federal e em grande parte, somos nós, os políticos, os responsáveis. Quando Costa Cavalcanti estava na Itaipu, ninguém dizia que o Diretor-Geral da Itaipu Binacional recebia em dólares. Tão logo assumiu Ney Braga, vêm estas críticas infundadas e mentirosas. Eu não estou autorizado, mas, tenho certeza que Ney Braga proporia ao Deputado Fiori Luiz uma troca do que ele ganha como Deputado, pelo

que ele ganha como Deputado, pelo que ele recebe como Presidente da Itaipu, que é bem inferior ao que ele ganha como Deputado.

Mas, para criticar, porque é um paranaense que lá está, porque se fosse um baiano, um pernambucano, estaria muito bem. O paranaense não pode assumir posição. E já está passando da hora de o Paraná começar a exigir o direito que tem, no âmbito federal, e cabe a nós, paranaenses, claro que cada partido luta para colocar pessoas ligadas à sua corrente política, mas, quando vai uma pessoa de qualquer partido, cabe a todos nós políticos, aplaudirmos para que o Paraná possa ter a sua representação.

Com referência ao cancro cítrico, nobre Deputado, eu sou testemunha: cheguei nesta Casa, em 1971, e Vossa Excelência, logo ao assumir como Deputado, no mandato seguinte, vem lutando para que o Paraná tenha vez, para que a citricultura possa crescer em nosso Estado.

Vossa Excelência, que assumiu a presidência de uma comissão, que sempre lutou e ocupou esta tribuna por várias vezes, fazendo a defesa da citricultura no Paraná, não é justo que se marcasse, agora, o encontro com o Ministro da Agricultura, e que Vossa Excelência ficasse de fora, e sei que Vossa Excelência não foi convidado. Foi, porque é conhecedor profundo do assunto e achou que era oportuno lá estar presente, mas, falou ao Sr. Secretário da Agricultura. E eu não vejo, embora tenha uma grande capacidade, que tem o conhecimento profundo do setor da agricultura, mas, nós vemos um trabalho demagógico, porque caberia, nesta hora, somar com aqueles que têm lutado, com aqueles que têm conhecimento, que têm um trabalho profundo, somar esforços para que tirem resultados em favor do Paraná.

A mesma coisa acontece com o plantio do café. Uma propaganda vultosa pelos jornais, pela televisão, mas, cabe aos municípios preparar as mudas, arrumar os seus canteiros, fazer a distribuição ao agricultor, e fica para a Secretaria da Agricultura, unicamente a propaganda. Esse recurso que deveria ser carreado para a compra de mudas, para preparo para atendimento ao agricultor, fica reservado para promoção pessoal do Secretário da Agricultura do Governo.

Isso é que é preciso que se acabe, que esse recurso seja canalizado para o lugar certo. A hora que houver um entendimento em favor da Agricultura; a hora que houver um entendimento de assuntos mais sérios e que haja um conjunto para luta em favor do povo, nós saberemos que haverá melhores dias para a nossa agricultura, que terão melhores dias todos os setores que hoje estão a reclamar providências.

Falei há pouco tempo, não há poucos dias, talvez no mandato passado, quando ocupava esta tribuna e criticava que o Governo estava gastando com o MOBRL e que este recurso com o mesmo seria preparar as crianças para um futuro MOBRL, porque estava abandonando recursos que deveria aplicar do sete aos quatorze anos e carreado para o MOBRL, está aí agora o novo programa: "Ensino para Todos", e é uma prova que não funcionou; é preciso que haja um entendimento para que se tenha um bom proveito, que se tenha um bom resultado e não fique só na propaganda, porque o povo está cansado de ouvir tanta propaganda, tanto barulho e sem resultado positivo em favor do povo.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Com o término do horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 57 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 58/85, que objetiva fixar normas legais pertinentes a isenção tributária e outras vantagens fiscais às Microempresas, bem como alterar dispositivos da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM). (Public. no D.A. n.º 45 de 23/05/85).

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 41/85, (Mensagem n.º 15/85 - ex-Proposição n.º 17/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, com os objetivos que especifica. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 42/85, (Mensagem n.º 07/85 - ex-Proposição n.º 09/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.º 04/84 celebrado em 20/11/84 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com interveniência da Secretaria da Indústria e do Comércio, o Município de Toledo e o CEAG/PR, objetivando implantação e manutenção de escritório do CEAG/PR, na Cidade de Toledo. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 43/85, (Mensagem n.º 11/85 - ex-Proposição n.º 13/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 12/11/84 através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, objetivando dar atendimento à Legislação Federal e Estadual relacionado com uso e ocupação do solo, e a proteção ambiental da região litorânea do Estado. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 44/85, (Mensagem n.º 19/85 - ex-Proposição n.º 21/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3.º Termo Aditivo n.º 011/84 de 22/11/84 ao Convênio n.º 22/82 celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 18/11/82 através da Secretaria dos Transportes e a GEIPOT, objetivando prestação de serviços de assistência técnica e a co-participação em estudos e pesquisas de transportes no Estado. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 45/85, (Mensagem n.º 30/85 - ex-Proposição n.º 33/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Convênio n.º 004/85/0035, em 28/01/85, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública e a INFRAERO, objetivando

prestação de serviço especializado de salvamento e combate a incêndio no Aeroporto de Londrina. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 46/85, (Mensagem n.º 37/85 - ex-Proposição n.º 42/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio e Termos de Retificação e Ratificação de 30/07/84 e 13/08/84, celebrados entre o Ministério do Trabalho através da Secretaria de Emprego e Salário e o Estado do Paraná, tendo como interveniente-conveniente, a Secretaria da Indústria e do Comércio, visando a implementação do SINE, no Estado do Paraná. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 295/84, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que dá nova redação ao Artigo 1.º da Lei Promulgada n.º 09/73, mantida as divisas constantes dos itens I, II, III, IV. (Cria o Município de Nova Santa Rosa, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado dos Municípios de Terra Roxa do Oeste, Palotina e Toledo, conforme Resolução n.º 11/68 e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 36/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina de "PREFEITO JOÃO BATISTA DISTEFANO" a PR 151, que liga o Município de São Mateus do Sul ao Município de São João do Triunfo e este ao Município de Palmeira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 47/85, (Mensagem n.º 47/85 - ex-Proposição n.º 65/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópia autêntica de Convênio de Auxílio e Cooperação Técnica n.º 62/84, de 26/12/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e o Município de Almirante Tamandaré, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras Públicas. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 48/85, (Mensagem n.º 09/85 - ex-Proposição n.º 11/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, de 22/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 49/85, (Mensagem n.º 20/85 - ex-Proposição n.º 22/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas de Convênios de 10/10 e 13/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria

e do Comércio e, respectivamente, a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 50/85, (Mensagem n.º 46/85 - ex-Proposição n.º 51/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas dos Convênios de 10/12/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da COMEC, objetivando execução e implementação de atividades do III PROJETO EBTU/BIRD, sub-projeto PROPAV, visando implantação de obras que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 51/85, (Mensagem n.º 41/85 - ex-Proposição n.º 46/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas de Convênios de 27/12/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transportes de passageiros. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 52/85, (Mensagem n.º 25/85 - ex-Proposição n.º 28/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando o engajamento dos citados Municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Boris Kuritza, ocorrido no dia 31 de maio do corrente ano, no Município de União da Vitória. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Edvino Schneider, ocorrido no dia 3 de junho do corrente ano, no Distrito de Pato Bragado, Município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Sibila Goergen, ocorrido no dia 4 de junho do corrente ano, na Linha São Cristóvão, Distrito de Margarida, Município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 14.º aniversário de fundação do Jornal Tribuna da Cidade do Município

de Apucarana. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Sabino Campos, Tércio Albuquerque, subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine às Secretarias de Estado, notadamente da Educação, o fornecimento de apoio logístico e instrumental ao Projeto Universidade do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Mário Pereira, Sabino Campos, subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, visando pronunciamento daquele Ministério, de orientação técnica e de viabilidade executória da criação da Universidade do Oeste, já constituída por um movimento educacional nesse sentido, que conta com 8 faculdades em funcionamento no Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Federação Paranaense de Futebol, encarecendo seja afixada em local de destaque no estádio Pinheirão, uma placa alusiva ao Doutor Victor Ferreira do Amaral, que quando diretor de Instrução Pública do Estado, no ano de 1904 trouxe a primeira bola de futebol para nosso Estado, com o livreto explicativo sobre o esporte de maior divulgação hoje no Brasil. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Senhorita Conny Alida Günther, pela sua eleição como Presidente do Lar da Acadêmica de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com a equipe médica que realizou a 1.ª operação de transplante de coração do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de moção de apoio aos Senhores Presidente da República e Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, pela iniciativa de implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da CAFE DO PARANÁ, visando a implantação dos serviços de esterqueira prestados pela mesma, no Município de Toledo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de Nova Aurora a Formosa do Oeste, passando pelas localidades de São Jorge e Bela Vista. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado

Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um telefone público na rodoviária do Distrito de Dom Armando, Município de Missal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência, visando a criação e instalação de uma agência do INAMPS no Município de Campina da Lagoa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Clube Escolar Unidade Pólo, pela conquista do Campeonato Masculino e Feminino de Xadrêz nos Jogos Escolares acontecidos recentemente no Município de Matinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a liberação de recursos para a construção de uma quadra de esportes na Escola Vinícios de Moraes, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Justiça e líderes de bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, propondo a concessão de direito de voto aos soldados e cabos do Exército, Marinha e Aeronáutica e polícias militares estaduais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros dos Transportes, da Fazenda e do Planejamento, objetivando estudos para uma distribuição mais justa dos tributos arrecadados com a TRU e o Imposto Único Sobre Combustíveis, visando aumentar a receita tributária dos Municípios. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Presidente da República, propondo a revogação do Decreto que isenta a Binacional Itaipu de prestar contas ao Tribunal de Contas da União. **Em discussão.**

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno..

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando a construção de uma nova ponte sobre o rio Pirapó, na PR-458, trecho que liga os Municípios de Atalaia a Flórida. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a instalação de uma agência ou posto avançado daquela instituição bancária, no Município de Atalaia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao jornalista Jamur Júnior, pela passagem do 30º aniversário do exercício de profissão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n.ºs 295/84 e 36/85, e dos Projetos de Resolução n.ºs 47 a 52/85.

Levanta-se a sessão.